

## As influências psicológicas da indústria midiática contemporânea no desenvolvimento da sexualidade infantil

## The psychological influences of the contemporary media industry on the development of childhood sexuality

Polyana Pereira dos Santos<sup>1</sup>

Felipe de Souza Soares Germano<sup>2</sup>

<https://doi.org/10.5281/zenodo.17591923>

**Resumo:** Esta pesquisa teve como objetivo analisar as influências psicológicas da indústria midiática contemporânea no desenvolvimento da sexualidade infantil, diferenciando os conceitos de sexualidade e sexualização e discutindo como se manifestam nos primeiros estágios do desenvolvimento. Observou-se que a construção da sexualidade é fortemente mediada por fatores culturais, sendo a mídia uma das principais agentes de socialização e de propagação de padrões comportamentais que podem favorecer processos de adultização precoce. A exposição contínua a conteúdos midiáticos com apelo erótico interfere na formação da identidade e na percepção corporal infantil. As análises evidenciam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que integre Psicologia, Educação e Comunicação, propondo o desenvolvimento de ferramentas psicopedagógicas voltadas à leitura crítica da mídia e à promoção de práticas educativas preventivas. O estudo, de caráter teórico, destaca a importância de futuras investigações empíricas que aprofundem a relação entre mídia, cultura e sexualização infantil.

**Palavras-chave:** sexualidade infantil; sexualização precoce; indústria musical; erotização; apelo sexual.

**Abstract:** This research aimed to analyze the psychological influences of the contemporary media industry on the development of childhood sexuality, differentiating the concepts of sexuality and sexualization and discussing how they manifest in the early stages of development. It was observed that the construction of sexuality is strongly mediated by cultural factors, with the media being one of the main agents of socialization and propagation of behavioral patterns that can favor processes of early adultification. Continuous exposure to media content with erotic appeal interferes with the formation of identity and the child's body perception. The analyses highlight the need for an interdisciplinary approach that integrates Psychology, Education, and Communication, proposing the development of psychopedagogical tools aimed at the critical reading of the media and the promotion of preventive educational practices. The study, of a theoretical nature, highlights the importance of future empirical investigations that deepen the relationship between media, culture, and childhood sexualization.

**Keywords:** childhood sexuality; early sexualization; music industry; eroticization; sexual appeal

### Introdução

Cada vez mais cedo crianças consomem conteúdos em telas digitais, e nessa atmosfera tecnológica, os comportamentos sociais refletem essa influência. A forma de se comunicar passa a ter novos contornos, jogos e brincadeiras ganham vida nos espaços virtuais, *sites* e aplicativos conectam o mundo inteiro (Muller, 2019). Tais mudanças afetam a criança em diferentes instâncias educativas, tanto formais quanto não formais (Rivoltella, 2012).

<sup>1</sup>Psicóloga. Iesgo. ORCID ID 0009-0000-3908-182X E-mail: [psipolyanasantos@gmail.com](mailto:psipolyanasantos@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Ciências do Comportamento. Iesgo. ORCID ID 0000-0003-4237-6842. E-mail: [felipe.germano@iesgo.edu.br](mailto:felipe.germano@iesgo.edu.br)

Santaella (2007) investiga a evolução dos meios de comunicação, classificando o ambiente comunicacional como instantâneo. A agilidade e velocidade das conexões provocam mudanças significativas no comportamento humano, reforçando que o mundo tecnológico está intrinsecamente ligado ao mundo físico, proporcionando novas formas de compreendê-lo e de apropriar-se dele, favorecendo o surgimento de práticas culturais inéditas, McLuhan (1964) aponta que mudanças nos meios de comunicação produzem alterações neurológicas e sensoriais, afetando de forma relevante percepções e ações humanas.

Para compreender as transformações que envolvem o universo infantil e as mídias tecnológicas, é necessário analisar como o conceito de infância evoluiu, comparando-o com sua representação social atual no Brasil. Durante muitas décadas, as crianças foram adultizadas, negligenciadas em seu papel social e submetidas a funções próprias de adultos (Ariès, 1984). A exposição midiática precoce constitui um risco ao desenvolvimento infantil e exige cautela por parte de quem mediar e supervisionar o uso desses veículos midiáticos. A apresentação antecipada a conteúdos sexualizados pode contribuir para a formação de crenças disfuncionais, impactando a personalidade e o comportamento social da criança. Pais e cuidadores desempenham papel central na construção de uma relação saudável com os meios digitais (Wainer et al., 2016). Desde os primeiros anos de vida, crianças utilizam televisores, *smartphones* e *tablets*, sendo essas as principais fontes de acesso à *internet*. As primeiras experiências de vida já são mediadas por inferências midiáticas (Tapscott, 2009). Com base no exposto, o presente artigo teve como objetivo apresentar contribuições da Psicologia para a compreensão da relação entre mídia e sexualização infantil, analisando como isso pode influenciar o desenvolvimento infantil.

### **A Psicologia e suas Contribuições para o Desenvolvimento na Infância**

Segundo Ariès (1984), em seu trabalho intitulado “História social da criança e da família”, durante a Idade Média a criança não era reconhecida nos seus processos de infância, pois a sociedade não considerava a infância como um período inerente à vida humana, já que as crianças eram tratadas como “adultos em miniatura”, tanto na forma de se vestir, quanto na linguagem, nas brincadeiras e até mesmo no trabalho desenvolvido por elas. O autor apontou que a infância não era vista como um ciclo isolado ou como parte do desenvolvimento de um indivíduo, crianças e adultos dividiam os mesmos locais, participavam das mesmas situações e não havia divisões em função da idade. A partir do século XVII a visão social sobre a infância

começava a traçar novos contornos, iniciava-se o processo de identificação da infância como uma fase diferente do desenvolvimento do ser humano. A criança começava a ser vista como um indivíduo em desenvolvimento que precisa de atenção e possui necessidades específicas, assim a infância e seus processos vão ganhando importância no meio social.

Freud, (1923) por exemplo, propõe fases do desenvolvimento psicosssexual humano relacionadas ao desenvolvimento da personalidade, pois acreditava que as pessoas nascem com impulsos biológicos que devem ser controlados para que a vida em sociedade seja possível de forma saudável. Freud propôs uma divisão do aparelho psíquico, sendo estas id, ego e superego. O id opera pelo princípio do prazer e está relacionado aos impulsos que buscam satisfação imediata de suas necessidades, já o ego representa a razão e opera sob o princípio da realidade, seu objetivo é encontrar maneiras de gratificar o id que sejam aceitáveis ao superego. Este último, por sua vez, está relacionado aos valores e deveres socialmente aceitos, tornando-se altamente exigente. Para Freud, a personalidade se forma através de conflitos inconscientes ocorridos na infância até a adolescência. Esses conflitos são descritos por ele em cinco fases do desenvolvimento psicosssexual da criança, divididas em fase oral, fase anal, fase fálica, período de latência e fase genital.

Segundo Freud (1996[1905]), na fase oral (0 a 1 ano) a boca é vista como zona erógena, na qual o bebê tem seus prazeres satisfeitos por ela como a sucção, mordida e amamentação, por esta razão os bebês sempre estão em busca de estimulação oral. Na fase anal (1 a 3 anos) o foco sai da boca e vai para o controle dos esfíncteres, pois controlar necessidades fisiológicas traz prazer e bem-estar para a criança, desenvolvendo a autonomia e a independência, visto que a criança começa a ter controle sobre aspectos corporais. Na Fase fálica (3 a 5 anos) a criança começa a reconhecer as diferenças de gênero, sendo este o momento em que se desenvolve o complexo de Édipo, que se caracteriza pelo desejo que o menino possui na figura materna e a menina na figura paterna, ambicionando ambos tomar o lugar dos pais baseado em uma competição simbólica e inconsciente. É no período de latência (5 anos até a puberdade) que se desenvolvem os impulsos sexuais, sendo que o foco desse período está nas zonas erógenas, porém os desejos são suprimidos. Esse é um período de exploração da energia sexual, mas essa energia é canalizada para outras áreas como interação social, atividades esportivas e intelectuais. Por fim, na fase genital (puberdade e vida adulta) que vai da puberdade até a velhice, e caracteriza-se pela retomada dos impulsos sexuais em que o indivíduo passa a

buscar fora do seio familiar seu objeto de desejos, e há também a perda da identidade infantil, que aos poucos começa a assumir a identidade adulta.

Olhando sob a ótica do desenvolvimento cognitivo segundo Piaget (1950), as crianças constroem ativamente novos entendimentos sobre o mundo, baseadas nas próprias experiências. O autor também apresentou o desenvolvimento cognitivo na forma de estágios do desenvolvimento, estes marcados por avanços e competências imaturas para a lidar com o mundo ao seu redor. Os estágios propostos por Piaget são o estágio sensório-motor (0 a 2 anos), o estágio pré-operacional (2 a 7 anos), o estágio operacional concreto (7 a 11 anos) e o estágio operacional formal (11 em diante). A partir da maturação do cérebro e do sistema nervoso, a criança é capaz de aumentar a complexidade de atividades cognitivas, o que vai favorecendo a construção de explicações mais consistentes para o que experienciam. Crianças têm a sua própria maneira de ressignificar situações que não fazem parte do seu contexto cognitivo, pois são capazes de assimilar conteúdos e desenvolvem o pensamento lógico, tornando-se mais proficientes em observar o comportamento de outros e as circunstâncias em que ocorrem.

Para Vygotsky (1962), a cultura, crenças, valores, tradições e habilidades de um grupo social são fatores capazes de mediar o desenvolvimento cognitivo da criança. O autor propôs que o desenvolvimento humano deveria ser analisado a partir de quatro premissas fundamentais expressas na sua teoria, sendo estas: o desenvolvimento ontogenético, microgenético, filogenético e sociocultural. O desenvolvimento ontogenético está relacionado à aprendizagem do indivíduo, e seu desenvolvimento é ao longo de toda a sua vida. O desenvolvimento filogenético trata das mudanças adquiridas em um determinado período evolutivo da vida. O desenvolvimento microgenético refere-se às mudanças que ocorrem em períodos curtos de tempo, segundos, minutos ou dias, e, por fim, o desenvolvimento sócio-histórico, que se relaciona a mudanças que ocorrem em cada cultura, valores, normas e tecnologia de cada época e história de vida de cada indivíduo. Para o mesmo autor, a cognição humana é herdada socioculturalmente, tem relações diretas sobre a influência de crenças, valores e ferramentas de adaptação intelectual, que vão variar de cultura para cultura de acordo o *zeitgeist* da época.

Vygotsky (1962), em concordância com Piaget (1950), acreditava que o desenvolvimento e as descobertas da criança se davam por meio de exploração, porém muitas dessas descobertas não se davam de maneira solitária, e sim em um contexto de cooperação ou colaboração, no qual se depende da presença de um mediador experiente para modelar a atividade e transmitir instruções verbais para que a instrução seja internalizada e reproduzida

na execução de tarefas. A zona do desenvolvimento proximal consiste no processo pelo qual essa interação colaborativa acontece; a realização de tarefas, depende do que a criança consegue executar, pode ser mediada e orientada por alguém cuja habilidade esteja acima das suas capacidades cognitivas. Durante essa interação, chamada pelo autor de zona de desenvolvimento proximal, é que o crescimento cognitivo acontece, e o envolvimento do adulto na mediação desse processo é fundamental para determinar o grau em que a criança pode funcionar em total independência, considerando que novas habilidades são mais fáceis de serem adquiridas quando a criança tem direcionamento e orientação.

Partindo dos pressupostos de Rousseau (1970), a criança participa ativamente na formação do seu intelecto e personalidade. O autor diz que “a criança não é um recipiente passivo para as instruções de um tutor, mas um explorador motivado e ativo” (Rousseau, 1970 p. 55). A partir dessa interação ativa é possível filtrar os conteúdos que chegam até as crianças, principalmente no que tange às questões da sexualidade. Para adentrar no assunto de sexualidade infantil, se faz necessária a diferenciação entre sexualidade e sexualização. A sexualidade está ligada aos processos inatos do indivíduo, aqueles inatos e que se desenvolvem ao longo do processo maturacional. Já a sexualização está relacionada aos processos externos, aqueles que partem da interação com o ambiente, que ocorrem de fora para dentro, ou seja, consiste na interação com o ambiente (i.e., ontologia). Segundo Weeks (2000, p. 36), “embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo”.

Buckingham (2003) traz a concepção de infância como exclusão, mesmo com toda compreensão sobre o caráter inato da criança ele chama a atenção ao fato de as literaturas darem sempre ênfase ao que as crianças não são e do que elas não conseguem fazer (i.e., definição negativa). Por exemplo, crianças não são adultos, logo não podem estar em igualdade dos mesmos acessos de um adulto, ou fazer uso de algo específico para maior idade. Nesse sistema, o adulto acredita ser o único capaz de controlar e compreender os processos das crianças; o adulto se torna supressor dos poderes da criança, ou seja, nega o direito da criança à autodeterminação, fazendo com que a criança passe a adquirir um caráter não social.

Fatores ambientais são pilares na investigação de condições que afetam o comportamento infantil, entre eles o condicionamento e aprendizagem por observação aparecem como um dos fatores que irá contribuir para que o comportamento ocorra. Segundo Skinner (1953), durante o condicionamento operante, a criança vai aprender a se

comportamento em relação a novos eventos ambientais diante dos quais as respostas foram ou não reforçadas. O princípio referente ao reforçamento, neste caso, implica na aquisição e manutenção de comportamentos a partir do fortalecimento da resposta por reforço, principalmente positivo (Moreira & Medeiros, 2007/2017). As formas de apresentação do reforço foram descritas como esquemas de reforçamento, estes sendo considerados importantes para falar sobre diferentes padrões de comportamento produzidos pela exposição a diferentes formas de reforçamento (Skinner, 1953).

O reforçamento de respostas operantes tende a acontecer após a primeira emissão de respostas, sendo estas emitidas, antes do reforçamento, como comportamento de imitação (Moreira & Hanna, 2008) O comportamento aprendido pode ser apresentado depois de muito tempo que foi observado, indicando a complexidade que esse comportamento tem de ser detectado. A imitação não, necessariamente, é uma reprodução exata do que se observa, podendo haver inferências e adaptações a partir do contexto e da necessidade da criança. Esse padrão de imitação às vezes vem de forma que até desagrade os pais, como algum comportamento inapropriado para a idade, exemplo: se a criança possui pais que fumam ela pode começar a reproduzir os gestos feito pelos pais na hora de tragar o cigarro (Mussen et al., 2001).

Crianças em idade pré-escolar entendem da natureza simbólica das imagens e podem se engajar em comportamentos observados. Aos 3 anos de idade, crianças já são usuárias ativas de mídias. Papalia e Feldman (2001) ressaltam que a exposição a televisores nos primeiros anos de vida pode acarretar um desenvolvimento cognitivo mais pobre. Porém não é só na primeira infância que podemos relacionar o desenvolvimento cognitivo com o uso ou abuso das tecnologias de mídia, percebesse influências positivas e negativas em todas as faixas do desenvolvimento humano.

### **Sexualidade, Sexualização e Cultura: impactos na infância**

De início, faz-se necessário colocar a distinção entre sexualidade e sexualização infantil. A sexualidade é algo inato, componente inerente a qualquer indivíduo. Freud, (1905) dá um significado bem mais amplo à sexualidade. Para ele a sexualidade vai além do ato sexual, além da reprodução, e pode ser identificada nos primeiros anos de vida da criança, pois ele a conceitua como energia, e na criança a sexualidade está ligada instintivamente a várias funções vitais e à autopreservação. Em contrapartida, a sexualização diz respeito a um entendimento

“antinatural, de origem externa, que confere uma condição “erotizada” à criança, não devendo ser confundido com a sexualidade infantil” (Chiaradia & Nascimento, 2018, p.212).

A sexualização infantil adultiza a criança e está relacionada na maioria das vezes a publicidade infantil, mídias e seus veículos, sociedade de consumo e até mesmo por adultos do seu convívio, que de forma indireta colaboram para a exposição da criança a conteúdos que não são apropriados a sua faixa etária, colaborando para uma erotização infantil, (Mendonça & Cunha, 2021). Na maioria dos casos isso não é emitido pelos adultos de forma intencional, mas em pequenos gestos que aparentam ser inofensivos e são naturalizados no dia a dia, como as brincadeiras de namoros com coleguinhas da escola, referir-se à criança como “nora”, “genro” e etc. (Nascimento, 2018).

Alves (2019), chama a atenção à erotização dos corpos infantis, pois essa erotização se dá através da antecipação e aceleração da sexualidade dos indivíduos que ainda não estão na fase desenvolvimental para discernir atos certos ou errados, ocorrendo em uma maneira inadequada de absorver e aplicar conteúdos absorvidos, atropelando as etapas e o desenvolvimento saudável da criança. Para Del Priore (2011, p. 156) “... a erotização começa na infância”. Para tanto, Del Priore (2011) traz em sua obra a reflexão de que nossas crianças vivem cercadas de objetos e mensagens publicitárias que as incitam a viver num mundo onde toda forma de querer é voltada à satisfação imediata.

Skinner (1953) traz o ambiente social como sendo parte da cultura do indivíduo, são os procedimentos de um grupo que acarretam um comportamento ético, e é onde se desenvolvem as agências de controle do comportamento, estando nessas instâncias família, religião, agências educacionais, religiosas, governamentais, econômicas e psicoterapêuticas. A forma como os comportamentos sexuais foram controlados historicamente reflete um conjunto de normas impostas por instituições religiosas, educacionais e políticas, sobretudo sobre o comportamento feminino, que era rigidamente vigiado e punido diante de qualquer expressão de desejo fora do casamento (Foucault, 1988; Gagnon; Simon, 1973).

A construção cultural da sexualidade brasileira vem ganhando novos contornos durante os anos. A visão sobre a sexualidade e em qual símbolo se norteiam essas visões foi tema de pesquisa de França e Baptista, (2007). Observa-se que na cultura ocidental a família é o primeiro espaço onde uma estrutura social é constituída, com normas e regras estritas a cada grupo, exercendo um forte controle social sobre os comportamentos de cada indivíduo. Atuando nesse meio também estão os padrões morais e sexuais de cada cultura, nos quais as famílias

agregadas desses valores fazem a sua construção de padrões e normas. Na era moderna a família vem como aquela que vai garantir a ordem social, pois é a partir dela que se constitui o indivíduo. Os papéis desempenhados pela família são discriminados pela hierarquia, em que a mulher desempenha o papel central de cuidar da família e das atividades domésticas, e o homem como aquele que vai prover o sustento familiar. As autoras França e Batista (2007), também citam a religião como fator que influencia na construção desses papéis sociais, enfatizando as diferenças entre homens e mulheres e agregando à sexualidade um valor que se relaciona à pureza, ao sagrado, ao corpo como imaculado.

A separação entre sexualidade e reprodução também foi algo que marcou os processos culturais, a maternidade antes vista como sagrada e algo inevitável à mulher em suas relações conjugais, agora se torna símbolo de liberdade, pois algumas mulheres recuam da maternidade como forma de romper com o determinismo biológico. Foi a partir dos anos 60, quando o movimento feminista ganhou impulso, e as estruturas do casamento monogâmico enfraqueceram, trazendo à luz a liberdade sexual, esse movimento teve o reforço do advento da pílula contraceptiva que possibilitou a muitas mulheres o arbítrio sobre o próprio corpo e o acesso a sexualidade não reprodutiva. (Alves; Pitanguy, 1991).

A inserção da mulher no mercado de trabalho também é citada como fator proveniente desse avanço cultural (Muller, 2019). Naomi Wolf (1992) argumenta que um dos produtos do desenvolvimento da cultura ainda está relacionado à figura feminina e às práticas veiculadas e estimuladas pela mídia, propondo representações femininas segundo um modelo de sexualidade e banalização do corpo, através do alto teor de erotização da figura feminina. Nos tempos atuais a sociedade está mais aberta à sexualidade, porém a mercantilização do sexo fica também mais aparente e frequente no meio social.

No artigo de Pereira e Meira (2021) são feitas reflexões a respeito da linguagem e sua presença constante no cotidiano, e a importância que ela tem para os indivíduos na comunicação, porque é através dela que as relações entre indivíduos acontecem, e esses fatores constituintes da cultura refletem e constroem padrões comportamentais, pois o que se aprende e se transmite ao outro só é possível pelo uso da linguagem, já que sem ela as relações humanas e sociais seriam impossíveis. Para Castells (2002, p. 414), “nós não vemos a realidade como ela é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação, que são nossas metáforas, que criam o conteúdo de nossa cultura”.

As abruptas transformações políticas, econômicas e socioculturais, juntamente com o

avanço tecnológico e o acesso fácil das crianças a essas ferramentas, têm atingido diretamente o período da infância (Bauman, 2001). O impacto dessa sexualização, ainda na infância, pode acarretar uma mudança comportamental em corpos que ainda estão em transformação, as crianças começam a emitir comportamentos que se adequariam apenas ao público adulto, levando a acreditar que podem se comportar como tal, encarando essa tentativa de adultização como algo “natural”, (Alves, 2019). Esse estímulo prematuro da sexualidade pode desencadear problemas psicológicos a curto e a longo prazo, como pornografia, prostituição, estupro, incesto, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, pedofilia, antecipação da menstruação nas meninas e banalização do sexo. (Sant’Ana, 2017).

Portanto a visibilidade que crianças e adolescentes têm ganhado nas últimas décadas é fruto de profundas transformações sociopolíticas, culturais, afetando assim o conceito de infância, família, instituições educativas e, conseqüentemente, a forma como elas vem sendo educadas e assistidas nas suas necessidades (Souza, 2006).

### **Indústria Midiática e Sexualização Infantil**

A figura da criança sempre foi foco de medos, desejos e fantasias dos adultos, os debates sobre a infância permeiam cada vez mais o constructo social, em que não se sabe mais o lugar da criança nessa nova era digital, cresce a preocupação com a sexualidade precoce, consumo de drogas e gravidez na adolescência (Postman, 1999). As mídias estão envolvidas nisso de formas contraditórias. De um lado, elas são o veículo primordial em que se travam os debates correntes sobre a natureza em mutação da infância – e, nesse processo contribuem para o crescente sentimento de medo e pânico. De outro lado, no entanto, as mídias são frequentemente acusadas de serem as causas originárias de tais problemas – de provocarem indisciplina e comportamentos agressivos, de inflamarem a sexualidade precoce e de destruírem os laços sociais saudáveis que poderiam prevenir sua ocorrência (Buckingham, 2003).

A música, juntamente com outros veículos de mídia, integra a rotina de crianças e adolescentes, ainda mais que nos tempos atuais o acesso facilitado às telas é uma realidade entre o público infantil, como celulares e *tablets* que as crianças desde muito novas possuem, e assim o consumo de vídeo e música acontece a qualquer hora e em qualquer lugar sem a supervisão de um adulto (Alves, 2019). A música e a sexualidade estão presentes desde os primórdios da vida do ser humano, são inerentes a sua existência. A música, por sua vez, tem suas múltiplas funções, terapêutica, de relaxamento ou entretenimento, há diferentes apropriações dessa arte,

mas é preciso compreender de fato o que a música significa. Segundo o dicionário da Oxford *Languages* (2021), pode-se defini-la como uma combinação harmoniosa e expressiva de sons. A arte de se exprimir por meio de sons, seguindo regras variáveis conforme a época e a civilização. Em seu trabalho, Fernandes (2015) relata que a música é uma das formas mais antigas de expressão, está presente em todos os lugares e possui uma diversidade de gêneros e obras musicais imensuráveis dentro do território brasileiro, e essa diversidade demonstra essa forte ligação da música com elementos culturais em seus trabalhos.

Rocha e Ferreira (2023), na contemporaneidade pode-se observar que a cultura musical está associada diretamente ao corpo como objeto sexual. Segundo os mesmos autores, nas composições e nas danças fica explícito o teor de eroticidade contido nas músicas atuais, visto que as crianças são indivíduos que, como os adultos, também se desenvolvem a partir das relações com o meio em que estão inseridas. A sexualização precoce infantil pode acarretar mudança de comportamento inadequada para sua fase de desenvolvimento, como mudança na forma de se vestir, no uso da linguagem e uma série de padrões comportamentais desadaptativos para sua fase de desenvolvimento (Rocha & Ferreira, 2023). Muller (2019), traz reflexões sobre a cultura midiática e as formas de interação, desenvolvimento e aprendizagem infantil, ressalta que as crianças dessa era contemporânea são consumidoras, produtoras de conteúdos e também consumidas pelo mercado midiático, que estimula seus desejos de compra. Esse contato com as telas digitais de certo modo alteram a forma como a criança interage com o cenário atual, o brincar e a forma de se socializar adquire novos contornos do que aqueles utilizados no século passado (Muller, 2019).

Afim de observar e de melhor compreender a infância, Muller (2014) desenvolveu sua pesquisa de mestrado sobre “As relações das crianças com as tecnologias móveis” e percebeu que a criança, mesmo estando acompanhada por outra, preferia realizar uma determinada proposta pedagógica sozinha, esse afastamento se dava pelo uso de aparelhos eletrônicos como *Tablets e Laptop* disposto durante a pesquisa. A impossibilidade de acessar esses aparelhos também gerou muita irritabilidade naqueles que precisavam da mediação de um adulto para o uso dos mesmos. Segundo Nalini (2013), o comportamento de usar aparelhos eletrônicos poderia ser entendido como comportamento de consumo, este definido como algo complexo possuindo características relacionadas a mudanças na motivação e produção de fatores ambientais diferentes para cada indivíduo. O consumo e a conectividade vêm aumentando no decorrer dos anos; plataformas como *Facebook, YouTube, Instagram e Whatsapp* aumentam

consideravelmente o número de usuários anualmente segundo os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (2023[2024]), apesar de todas essas plataformas possuírem uma idade mínima para consumo, o número de crianças infringindo sua política de uso e termos vem crescendo à medida que surge a necessidade de se sentirem pertencentes a um meio mesmo que não seja adequado para sua idade (Muller, 2019). Aroldi (2017) acrescenta que desfrutar das potencialidades da mídia é estar incluído digital e socialmente, sendo o contrário disso entendido como exclusão.

### **O papel da família: possíveis intervenções e mediações**

Para falar sobre responsabilidades e possíveis intervenções é necessária uma breve referência ao principal instrumento normativo brasileiro sobre os direitos da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O estatuto criou caminhos para sancionar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes. Foi desenvolvido com a intenção de proporcionar a esse grupo condições básicas para um bom desenvolvimento, físico, psíquico e moral, transformando o olhar da sociedade para que esse público seja visto como sujeito de direitos, além de reafirmar o papel de responsabilidade de família, sociedade e Estado em garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de resguardá-la de toda investida contrária aos seus interesses.

A vulnerabilidade das crianças e adolescentes é potencializada também pela dependência que possuem em relação aos adultos, considerando que são indivíduos ainda em desenvolvimento físico, moral e psicológico (Papalia; Olds; Feldman, 2009). Fatores como inabilidade física, formação cognitiva e psicológica ainda em desenvolvimento, é o que torna esse grupo mais suscetível a violências físicas, sexuais, abandono físico, psicológico, afetivo ou material. Portanto, qualquer negligência a essas instâncias pode levar a consequências na vida desses indivíduos. O ECA surge para reafirmar que é dever dos pais, tutores ou representantes garantir a proteção à integridade física, psicológica e financeira dessa criança e desse adolescente. “Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

Segundo Alves (2019), é passada à família a responsabilidade conjunta na incorporação

da doutrina de proteção integral à criança. O autor ainda enfatiza que o Estado cabe as funções fiscalizatórias nas relações familiares, para que possa ser usado em caráter preventivo na tentativa de diminuir os riscos aos vulneráveis, devendo, quando necessário, aplicar as punições cabíveis. A família vai atuar no âmbito educacional, afetivo e nas relações paterno-filiais, e em contrapartida fica na competência do estado a fiscalização, o poder vigilante, intervindo de forma a forçar seus violadores a cumprir as normas estabelecidas no estatuto, e se submeter às penas legais caso necessário (Alves, 2019).

Na contemporaneidade, as gerações tidas como “Z”, os nativos digitais, que são aqueles nascidos na era digital, possuem uma gama muito maior de mídias digitais disponíveis do que a geração dos seus pais, criando a necessidade dos pais de monitorar a localização dos filhos no cotidiano abre espaço para o fácil acesso a esses veículos (Rigo, 2020). Castell (1999) enfatiza que pais e filhos compartilham dessa experiência digital aprendendo uns com os outros seus benefícios e riscos; portanto, a preocupação maior entre pais e educadores é em como essas crianças estão consumindo tecnologia visto a facilidade de acesso a esses veículos.

Livingstone (2017) ressalta que essa preocupação com os conteúdos acessados pelos filhos faz com que os pais estabeleçam regras e restrições para o uso dos aparelhos digitais, controlem o tempo de uso dos dispositivos, o conteúdo, o contexto e as conexões sociais estabelecidas pelos filhos. Palfrey e Gasser (2011) citam 4 esferas que influenciam em diferentes fatores sociais o uso de mídias digitais, sendo a primeira a família e os amigos mais próximos, a segunda esfera, professores e mentores, a terceira refere-se às empresas e *softwares*, e em quarto, o estado e suas organizações.

Muitos são os motivos de preocupação relacionados ao uso das mídias digitais, e entre eles estão o tempo despendido para redes sociais, as trocas de mensagens entre amigos, os impactos desse uso exagerado na educação, e o maior deles é a exposição das crianças a pornografias (Palfrey & Gasser, 2011). Uma das sugestões apresentadas por Palfrey e Gasser (2011) para diminuir os impactos dessa exposição às redes é o diálogo, conversar com as crianças sobre sexo e instruir sobre as formas de uso saudável das mídias sociais. Livingstone (2017) cita o conhecimento sobre as mídias como sendo o fator que vai trazer mais aproximação e aceitação entre o adulto e a criança, “Isso significa mais autoridade e orientação - compartilhar, discutir, estabelecer alguns limites - e menos restrições ou proibições que as crianças tendem a fugir (Livingstone, 2017, p. 30).

## Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo apresentar as contribuições da Psicologia para a compreensão da relação entre a mídia e a sexualização infantil, analisando de que forma essas influências podem interferir no desenvolvimento da sexualidade e, consequentemente, na formação da identidade da criança. Para atingir tal propósito, percorreu-se um caminho teórico que partiu das concepções históricas de infância desde os períodos em que essa fase da vida não era reconhecida como um processo singular e dotado de especificidades, até o entendimento contemporâneo da infância como um ciclo de desenvolvimento dotado de características biopsicossociais próprias (Papalia; Olds; Feldman, 2009).

Ao longo da análise, foi possível compreender que a sexualidade infantil é um fenômeno natural e inerente ao desenvolvimento humano, manifestando-se de maneira distinta daquela observada no adulto. Freud, (1905). A diferenciação entre sexualidade e sexualização tem a função de evitar distorções interpretativas, uma vez que, a sexualidade diz respeito a um processo espontâneo e saudável de autoconhecimento e descoberta do corpo, enquanto a sexualização envolve uma antecipação inadequada e artificial de comportamentos e valores adultos impostos sobre a criança, frequentemente mediados por fatores externos, como a cultura e a mídia. (Mendonça & Cunha, 2021).

A influência cultural também se destacou como um elemento central na constituição da sexualidade, uma vez que a cultura, não apenas orienta os comportamentos sociais e sexuais, mas também regula, de forma implícita, o que é considerado adequado ou não em determinados contextos. (Foucault, 1988; Gagnon; Simon, 1973). Nesse sentido, a mídia contemporânea, ao reproduzir padrões estéticos e comportamentais hipersexualizados, exerce um papel significativo na construção simbólica da infância, favorecendo processos de adultização precoce e de distorção da autoimagem infantil. (Alves, 2019)

A exposição constante a conteúdos midiáticos que exploram a erotização de maneira implícita ou explícita interfere na construção de valores, na compreensão de limites e na percepção do próprio corpo. (Buckingham, 2003). Esse cenário reforça a necessidade de atenção e mediação por parte da família, que se torna elemento fundamental na filtragem de conteúdo e na promoção de diálogos saudáveis sobre o tema. O papel da família, aliado ao da escola e dos profissionais de Psicologia e Educação, é essencial para promover um desenvolvimento integral, ético e emocionalmente equilibrado. (Alves, 2019).

Entre as principais relações observadas neste estudo, destaca-se que a sexualização infantil mediada pela indústria midiática não se manifesta de forma isolada, mas como resultado de um conjunto de fatores socioculturais que interagem com os processos psíquicos da criança. (Bauman, 2001; Foucault, 1988; Winnicott, 1975). Tal sugestão reafirma a importância de compreender o fenômeno de modo interdisciplinar, integrando conhecimentos da Psicologia, Educação, Comunicação e Sociologia.

Entretanto, uma das limitações deste trabalho reside no fato de tratar-se de uma revisão narrativa da literatura, sem a realização de investigações empíricas ou aplicação de instrumentos que permitissem observar o fenômeno em situações concretas. Assim, sugere-se que futuras pesquisas desenvolvam estudos de caráter empírico, utilizando metodologias qualitativas como entrevistas com pais, educadores e profissionais da saúde mental e quantitativas, que possam mensurar o impacto da exposição midiática em diferentes faixas etárias. (Bandura, 1977; Vygotsky, 1988). Como por exemplo o estabelecimento de correlações entre tempo de tela e desenvolvimento de habilidades interpessoais, matemáticas, linguísticas, dentre outras. Além disso, seria relevante a criação de instrumentos psicopedagógicos que avaliem a influência da mídia na construção da sexualidade infantil, contribuindo para intervenções preventivas e educativas mais eficazes. A elaboração desses instrumentos deve considerar que o desenvolvimento humano ocorre de maneira interdependente entre fatores biológicos, psicológicos e socioculturais (Bronfenbrenner, 1996).

Sob a ótica da Psicologia do Desenvolvimento, Vygotsky (1998) enfatiza que as funções psicológicas superiores, como linguagem, pensamento e autorregulação, se constroem por meio da mediação de ferramentas culturais e simbólicas. Assim, instrumentos psicopedagógicos podem ser compreendidos como extensões dessas ferramentas mediadoras, capazes de promover reflexão crítica sobre os conteúdos midiáticos e seus efeitos na formação da sexualidade infantil.

Piaget (1975) também destaca que o desenvolvimento cognitivo decorre da interação ativa da criança com o meio, o que reforça a importância de estratégias avaliativas que considerem o estágio de desenvolvimento e as possibilidades de assimilação e acomodação de significados.

Nessa perspectiva, o uso de instrumentos baseados na observação, no jogo simbólico e na expressão criativa pode auxiliar na identificação precoce de padrões de sexualização, possibilitando intervenções mais ajustadas às necessidades emocionais e cognitivas da criança

(Winnicott, 1975; Wallon, 1979). Tais propostas, alinhadas às concepções de Freud (1996 [1905]) sobre o caráter formativo da sexualidade desde a infância, contribuem para a criação de práticas psicopedagógicas integradas que visem tanto à prevenção quanto ao fortalecimento da autonomia infantil frente aos estímulos midiáticos.

## Referências

ALVES, A. P. (2019). **Violência contra crianças e adolescentes: uma breve análise sobre a erotização infantil precoce** (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16493>. ([Repositório UFPB](#)).

ALVES, BRANCA MOREIRA; PITANGUY, JACQUELINE. **O Que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ARIES, P. (1914-1984). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

AROLDI, PIERMARCO. **Media and Generation in the Digital Society**. London: Routledge, 2017.

ATAÍDE, G. A., & CAVALCANTI. (2023). **A influência da mídia no comportamento infantil: os riscos sociais e psicológicos**. In **A Psicologia na Promoção de Saúde Mental e Bem-Estar: Mosaico Psicológico de Reflexões Contemporâneas** (Vol. 2). Formiga MG: Ed, Union. ([eduCapes](#))

ARAÚJO, S. G., NIEBUHR, M. C., & AGUIAR, G. (2019). **A adultização da criança na atualidade face à mídia influenciadora**. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira.

BAUMAN, ZYGMUNT. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEARZOTI, P. (1994). **Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano**. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, 52, 113-117.

BEAUVOIR, SIMONE. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados](#). Acesso em: 20 de julho 2023.

BRONFENBRENNER, URIE. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BUCKINGHAM, DAVID. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2003.

CHIARADIA, ANA PAULA; NASCIMENTO, ANA PAULA. **A erotização infantil e a influência da mídia: uma reflexão necessária.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 29, n. 2, p. 210–220, 2018.

DEL PRIORE, MARY. **Histórias e conversas de mulher.** São Paulo: Planeta, 2011.

FERNANDES, JOSÉ. **A música e o imaginário infantil: caminhos para a educação musical.** São Paulo: Annablume, 2015.

FOUCAULT, MICHEL. **A história da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANÇA, I. X., & BAPTISTA, R. S. (2007). **A construção cultural da sexualidade brasileira: implicações para enfermagem.** Revista Brasileira de Enfermagem, 60(2), 202-206.

FREUD, SIGMUND. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905).** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. VII. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [publicado originalmente em 1905].

FREUD, SIGMUND. **O ego e o id (1923).** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIX. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [publicado originalmente em 1923].

GAGNON, JOHN H.; SIMON, WILLIAM. **Sexual conduct: The social sources of human sexuality.** Chicago: Aldine, 1973.

GONÇALVES, E. V. (2014). **Erotização musical: uma análise sobre a influência da música oferecida por pais e professores no comportamento infantil da atualidade.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação.

MENDONÇA, J. F., & DA CUNHA, L. R. (2022). **O fenômeno do sharenting e o compartilhamento na internet pelos pais de fotos de crianças com censura dos genitais: proteção ou sexualização?** Revista de Direito Brasileira, 29(11), 418-430.

LIVINGSTONE, SONIA. **The Class: living and learning in the digital age.** New York: New York University Press, 2017.

MCLUHAN, MARSHALL. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1964.

MOREIRA, MÁRCIO I.; MEDEIROS, CLÁUDIA A. **Princípios básicos de Análise do Comportamento.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

MÜLLER, J. C. (2019). **Crianças e tecnologias digitais: desafios da mediação familiar e escolar** (p. 316). Florianópolis: Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204487>. Acesso em: 20 de julho 2023.

NALINI, JOSÉ RENATO. **Educação e consumo: reflexões sobre o comportamento contemporâneo.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

PALFREY, JOHN; GASSER, URS. **Born Digital: understanding the first generation of digital natives**. New York: Basic Books, 2011.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PEREIRA, LÍVIA; MEIRA, PATRÍCIA. **Linguagem e desenvolvimento humano: interações e sentidos no cotidiano**. Revista Psicologia e Sociedade, v. 33, n. 1, p. 1–12, 2021.

POSTMAN, NEIL. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PIAGET, JEAN. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIVOLTELLA, P. C., & FANTIN, M. (2010). **Crianças na era digital: desafios da comunicação e da educação**. Revista de Estudos Universitários–REU, 36.

ROCHA, AMANDA; FERREIRA, LUANA. **Comportamentos digitais desadaptativos em crianças e adolescentes: uma revisão teórica**. Revista Psicologia em Foco, v. 15, n. 2, p. 55–70, 2023.

ROUSSEAU, JEAN-JACQUES. **Emílio, ou da educação**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

SANTAELLA, LUCIA. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2007.

SOUZA, MARIA CECÍLIA CORTEZ CHRISTIANO. **Infância e contemporaneidade: desafios e perspectivas para a educação infantil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

TAPSCOTT, DON. **Grown up digital: how the net generation is changing your world**. New York: McGraw-Hill, 2009.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, HENRI. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1979.

WINNICOTT, DONALD W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WOLF, NAOMI. **O Mito da Beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres**. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

WAINER, JACQUES; DORIA, FELIPE; OLIVEIRA, VINÍCIUS; SCHWARTZ, CHRISTIANE. **O uso de tecnologias digitais por crianças pequenas: um estudo com pais e cuidadores**. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 24, n. 1, p. 67–86, 2016.